

política

Priscila propõe frentes populares para reconstruir RS



Marcus Meneghetti
marcusv@jcrs.com.br

A candidata ao governo do Estado pela Unidade Popular (UP), Priscila Voigt, defende frentes emergenciais de trabalho para acelerar não só as obras de reconstrução do Rio Grande do Sul após a enchente de 2024, mas também as de preparação para eventos climáticos extremos no futuro.

Se eleita, ela pretende enviar à Assembleia Legislativa um projeto permitindo que o Estado contrate pedreiros, engenheiros e outros profissionais da construção civil para executar as obras de reconstrução do Rio Grande do Sul.

Além disso, a candidata da UP propõe a diminuição das isenções fiscais, o combate à sonegação e a auditoria da dívida do Estado com a União para angariar recursos para o seu projeto de governo. Nessa entrevista ao **Jornal do Comércio**, ela afirma ainda que é contra privatizações, Parcerias Público-Privadas (PPPs) e propõe a reestatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan).

Jornal do Comércio - O que

considera prioritário no governo do Estado?

Priscila Voigt - Uma das prioridades centrais é o enfrentamento à enchente de 2024. Foi o maior desastre climático do Rio Grande do Sul, mas também foi um projeto político, porque era possível diminuir ou evitar a dimensão do evento.

JC - O enfrentamento à enchente de 2024 incluiria a reconstrução das estruturas destruídas pelas águas?

Priscila - Enfrentar isso significa ter investimento tanto na Defesa Civil quanto nos sistemas de proteção dos diques, o que, infelizmente, não foi entregue pelo governo estadual até agora, apesar de ter recursos em caixa.

JC - O que faria diferente para agilizar as obras?

Priscila - A UP apresenta, tanto no plano nacional quanto no Estado, a proposta de ter frentes emergenciais de trabalho. Nas cidades existem pedreiros, nas universidades existem engenheiros, existem técnicos. A nossa proposta é juntar todos esses saberes e, através do Estado, contratá-los para fazer as obras.

JC - Como funcionariam as frentes emergenciais de trabalho? Enviaria um projeto para a Assembleia Legislativa?

Priscila - A proposta é, como governadora, apresentar um projeto de lei. Obviamente, precisaria passar pelo trâmite do Legislativo também. Por exemplo, temos traba-



Priscila Voigt concorre ao governo do Estado pela Unidade Popular

lhadores no bairro Sarandi (um dos bairros mais afetados pela enchente em 2024) que, com certeza, estariam dispostos a ser contratados para reconstruir as suas casas, os diques. A contratação de empreiteiras faz com que, inclusive, tenha muito roubo. Muitas vezes, elas botam uma licitação para cima, compram produtos de menor qualidade, demoram para entregar a obra.

JC - O orçamento do Estado para 2027 prevê um déficit de R\$ 4,8 bilhões. De onde vi-

riam os recursos para as frentes de trabalho?

Priscila - Hoje existem R\$ 10 bilhões em sonegação fiscal ao ano no nosso Estado (segundo o Sonegômetro RS). E são grandes empresários, não pequenos. Não é o senhor do mercadinho. Além disso, (o Estado concede) R\$ 1 bilhão por mês em isenções fiscais, o que dá R\$ 12 bilhões ao ano (conforme estimativa do Tribunal de Contas do Estado). Há ainda a dívida do Estado com a União, que já supera



Somos contra privatizações porque servem para as empresas lucrarem, demitirem e precarizarem serviços

R\$ 100 bilhões. A dívida consome cerca de 18% de tudo o que se produz no Rio Grande do Sul.

JC - Acredita que o Estado precisa de uma renegociação da dívida?

Priscila - Acreditamos que a dívida já está paga. Defendemos a suspensão do pagamento da dívida e a realização de uma auditoria. Obviamente, fazendo a auditoria, constataremos que o Estado já pagou essa dívida. Portanto, são mais de R\$ 100 bilhões que podem ser revertidos (para serviços no Estado).

JC - A UP defende a reestatização de empresas públicas que foram privatizadas, como a Sulgás, a CEEE e a Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan). Por quê?

Priscila - Nosso partido é contra as privatizações em todos os níveis, porque elas servem para as empresas lucrar, demitir trabalhadores e acabam precarizando os serviços públicos. Defendemos a reestatização da CEEE e da Corsan. Voltando a ser públicas, é possível ter controle popular sobre as estatais. Queremos que a população participe da política não só na hora do voto, mas que ela possa fiscalizar e decidir sobre a execução das políticas públicas.

Kássio reclama de interferência do Supremo no TSE

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Kássio Nunes Marques, se encontrou nesta segunda-feira, com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, para reclamar de interferências de uma corte sobre a outra.

O estopim foi a decisão de Flávio Dino de liberar em redes sociais publicações com a informação falsa de que Flávio Bolsonaro (PL), se eleito, quer retirar de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira do Brasil.

O vice-presidente do TSE, André Mendonça, havia banido a notícia falsa das redes na sexta-feira. A pedido da campanha de Flávio,

o ministro ordenou a retirada de conteúdos falsos ligando o candidato a Nossa Senhora. No domingo, Dino, que não integra a corte eleitoral, revogou a decisão. Para ele, a decisão do colega ameaçou a liberdade de expressão e a liberdade religiosa.

O episódio mostra como as disputas internas no STF em torno do escândalo do caso Banco Master atingiram também a Justiça Eleitoral. No Supremo, Dino e Kássio estão em trincheiras opostas sobre os indícios surgidos de que Daniel Vorcaro mantinha relação suspeita com Alexandre de Moraes.

Na reunião, Kássio também

cobrou de Fachin providências para impedir a manipulação do sistema de escolha de relatores na corte. Muitas vezes, um partido ou entidade faz um pedido em uma ação sobre outro assunto que já tramita no tribunal e, dessa forma, o autor pode “escolher” o ministro que vai proferir a decisão.

A decisão de Dino foi proferida a partir de um pedido do ator Antônio Tabet, dono de um perfil em rede social que teve o conteúdo retirado do ar por determinação de Mendonça. O processo, no entanto, estava há meses no gabinete de Dino e trata de postagens sobre ex-deputado Deltan Dallagnol.

Líderes evangélicos negam ‘guerra’ com católicos

O Conselho Interdenominacional dos Ministros Evangélicos do Brasil (Cimeb), entidade que diz reunir 10 mil pastores de diversas denominações, publicou uma nota nesta segunda-feira em que “repudia com veemência” o que chama de “utilização de uma fake news por Lula e seus seguidores para atingir um adversário político”.

O texto faz referência a uma história falsa disseminada por apoiadores do atual presidente da República para afirmar que o candidato Flávio Bolsonaro (PL) vai retirar de Nossa Senhora Aparecida a condição de padroeira

do Brasil. Flávio negou reiteradamente qualquer intenção nesse sentido. Segundo a publicação do Cimeb, Lula e seus apoiadores atuam para “promover uma guerra religiosa entre católicos e evangélicos”.

Entre as 14 lideranças evangélicas que assinam a manifestação, estão apoiadores declarados de Flávio, como o pastor Silas Malafaia, presidente da Assembleia de Deus Vitória em Cristo (Advec), o apóstolo Estevam Hernandes, líder da Igreja Renascer em Cristo, e o bispo Robson Rodovalho, da Igreja Sara Nossa Terra.